



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Raça e Etnia.

POPULAÇÃO NEGRA EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA BREVE ANÁLISE DA REPRODUÇÃO DO RACISMO INSTITUCIONAL E OS DESAFIOS COLOCADOS SOBRE A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Lidiane Bravo da Silva¹

Resumo: O trabalho objetivou analisar a relevância de como o racismo institucional fundamenta a condição de vivências precarizadas da população negra na sociedade brasileira contemporânea, onde uma parcela ocupa o território da rua como forma de moradia e/ou sobrevivência. A partir do exposto, refletir a atuação do Assistente Social inserido no Serviço Especializado em Abordagem Social de Maricá/RJ.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua. Racismo Institucional. Assistente Social. Serviço de Abordagem Social. Política Pública.

Abstract: The objective of this study was to analyze the relevance of how institutional racism is based on the precarious experiences of the black population in contemporary Brazilian society, where a portion occupies the territory of the street as a form of housing and / or survival. From the above, reflect the work of the Social Worker inserted in the Specialized Service in Social Approach of Maricá / RJ.

Keywords: People in the Street. Institutional Racism. Social Worker. Social Approach Service. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho foi elaborado com o objetivo de avançar as pesquisas iniciadas no Trabalho de Conclusão de Curso da graduação. Propõe uma análise crítica a respeito da População em Situação de Rua no Brasil – entendida como uma expressão radical da “questão social” – oriunda da relação de exploração capital x trabalho.

Esta população componente do exército industrial de reserva, a superpopulação relativa - condição intrínseca à necessidade de produção e reprodução da lógica de acumulação do capital – é composta majoritariamente pela população negra² que ocupa

¹ Estudante de Pós-Graduação, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, E-mail: lidiane.bravo.p@gmail.com.

² A definição aqui utilizada relativa ao grupo de pessoas negras está em acordo com o sistema classificatório de “cor ou raça” realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os pardos integram o grupo de negros junto a população preta, não apenas pela presença de traços fenóticos, resultantes do cruzamento entre brancos e negros, mas também pela aproximação de vivências socioeconômicas desiguais, onde o pardo se aproxima mais do preto do que a realidade vivenciada pelos brancos. Pesquisa disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf>

significativamente os territórios da rua desde o período da escravidão, e, portanto, historicamente despossuída de condições econômicas e sociais essenciais para atender suas necessidades básicas. Em grandes centros urbanos é possível observar de duas a três gerações de famílias ocupando o espaço da rua.

Diante disso, a presente pesquisa busca refletir sobre o papel que desempenham os profissionais do Serviço Social - inseridos em instituições que reproduzem o racismo - ao enfrentamento deste traço da formação social brasileira. E o quanto estão conscientes da necessidade e dedicados à formulação e implementação de políticas públicas de promoção da equidade racial. Com vistas a assegurar os princípios postos no Código de Ética Profissional de 1993, que versa sobre a emancipação dos indivíduos sociais, defesa dos direitos humanos, posicionamento em favor da equidade e Justiça social, e também, a não discriminação por etnia.

2 QUESTÃO SOCIAL E RACISMO À BRASILEIRA

Os mais de três séculos de exploração vivenciados no modo de produção escravista estruturou a sociedade brasileira de forma segmentada e desigual entre as raças. Organização esta que o modo de produção capitalista se apropria da diferenciação e exploração de uma raça sobre a outra, e, por conseguinte, produz e reproduz o racismo.

Segundo Moura (1994), o racismo que perpassava o campo étnico, ideológico e político, já no antigo sistema colonial justificava a dominação da “raça eleita”, que seria a raça oriunda do continente europeu em detrimento dos asiáticos (amarelos), indígenas (vermelhos) e os africanos (negros), justificando a colonização dos “bárbaros”. Considerados antropoides com variação na árvore genealógica que detinham incapacidade de civilizar.

Assim, o homem branco europeu era visto como um empregado qualificado – trabalhador livre - para as novas necessidades econômicas que surgiam e componente de construção familiar estruturada. Um modelo de modernidade e civilização almejados pela elite brasileira. Os brancos europeus eram considerados pessoas “desenvolvidas” que propiciariam a nação caminhar para o progresso e assim recuperar o “atraso social” que o negro proporcionou ao país. “O racismo é atualmente uma ideologia de dominação do imperialismo em escala planetária e de dominação de classes em cada país particular” (MOURA, 1994, p.30). Na contemporaneidade reafirma-se a dominação sobre a população de cor preta e parda.

Conforme Moura (1988), no que está relacionado ao movimento migratório europeu a política de branqueamento no Brasil teve incidência ainda no período escravista, com percentuais significantes a partir da proibição do tráfico. Contudo, foi no final do Imperialismo e início da República Velha, entre 1880 e 1920, que chegou ao ápice a política migratória, momento em que a agricultura cafeeira mais se expandiu. O trabalhador europeu foi inserido no mercado como trabalhador livre e passou a ter alguns direitos em face das mudanças das relações trabalhistas.

A ideologia do branqueamento permeou o pensamento da classe dominante e das produções intelectuais no auge do movimento imigrantista e ganhou legitimidade científica. Ao negro foi atribuído o estereótipo de ocioso, alegando-se que este não queria vender sua força de trabalho por longa jornada frente ao tempo mínimo necessário para garantir sua subsistência. Para além deste, outros rótulos preconceituosos lhes foram acrescentados como, por exemplo, de ser “subdesenvolvido”, portador de uma inferioridade congênita, não qualificado, mal trabalhador, dentre outros estigmas.

Compete evidenciar que cada estado apresentou suas especificidades quanto ao nível de desenvolvimento econômico. Logo, muitos não tinham como investir na mão de obra migrante para suas produções agro exportadoras e integraram os negros e não negros ao novo modelo econômico, mesmo que de modo precarizado e com salários ínfimos. No estado do Rio um baixo percentual de negros foi inserido na indústria manufatureira junto aos trabalhadores europeus. O outro percentual expressivo não integrado compôs a massa sobrança de trabalhadores não inseridos ao sistema de trabalho formal.

A teoria eugênica expandiu suas influências sobre os intelectuais do Brasil no período pós-abolição da escravatura, mais especificamente durante os anos de 1920 e a primeira metade da década de 30. O movimento eugênico brasileiro de composição heterogênea era composto por uma parcela que atuava perante o discurso de saúde pública e saúde psiquiátrica com ações dedicadas ao saneamento e higiene mental. Tal lógica de higienização influenciada pelo nazismo alemão de exaltação ao branco puro pautava o recorte racial, onde o negro, indígenas, nordestinos e mestiços migrantes eram vistos como uma mazela a ser eliminada (MOURA, 1994).

Segundo Fernandes (1978), os poderes públicos e os prestigiados em geral mantiveram-se inertes a situação do negro, diante do estilo de vida emergente no modo de produção capitalista. A ausência de ações de seus ex-senhores, do Estado, da igreja e também do mercado, pontuaram a não inserção plena e integradora do negro como trabalhador livre nas diversificadas funções laborais. Atrelada a essa não assistência, a não distribuição de terras para que pudessem reorganizar seu sustento e subsistência individual e familiar propiciaram aos negros vivenciar situações de mazela.

Em algumas regiões onde o mercado não estava tão desenvolvido, com baixos níveis de produção após a abolição, os negros ex-escravos tinham de optar entre retornar ao sistema de produção em condições análogas as anteriores ou compor a massa dos que não têm ocupação fixa. No entanto, essa realidade não sofre melhoras nas localidades onde havia alto nível de produção com a prosperidade do café, como nas regiões leste e sul do país. Nela os libertos concorriam com os trabalhadores nacionais que compunham o exército de reserva e com os migrantes europeus, que ocupavam desde as funções mais qualificadas às mais modestas (FERNANDES, 1978).

Em consonância com Fernandes (1978), a realidade aguda que vivenciamos com a discriminação racial diante o preconceito de cor é herança da dificuldade de rompimento e superação à ordem social escravocrata e suas configurações. O estado de “paz social” agiu de forma a reprimir contestações sob uma premissa de que tais questões colocadas só iriam prejudicar os negros. O movimento de inserção dos imigrantes no trabalho livre também foi algo que causou preocupação, tendo-se assim a dúvida quanto à lealdade em não almejar os interesses das camadas dominantes. Qualquer possibilidade de agitação – romperia com a paz social – podendo vir a ser o estopim para inquietações maiores. A questão social era vista como uma questão de polícia, logo, sufocada pelos governantes conservadores.

O mito da democracia racial teve suas utilidades em três diferentes campos. O primeiro, que atribuía à população de cor irresponsabilidade e ausência de capacidade, logo se justificava sua situação de desigualdade. O segundo, que isentava o branco da responsabilidade ou até mesmo de atos de solidariedade moral para integrar os mulatos e negros, tendo em vista a desapropriação abolicionista. E o terceiro, de avaliar as relações raciais de maneira exterior, como se negros e brancos tivessem as mesmas oportunidades de ascensão social, de acumulação de riquezas, o negro não tendo problemas e até mesmo satisfeito com sua condição social. Como se as diferenças tivessem sido rompidas por meio da cidadania após o regime escravocrata.

A compreensão de “democracia racial” surgiu após a abolição da escravatura em cenário jurídico-político republicano onde se estabelece na Constituição Federal de 1891 na Declaração dos Direitos no artigo 72 §2º “Todos são iguais perante a lei.”. No entanto, a ordem racial não se modificava, mantendo traços afins do regime de castas. Os negros, sem apoio da população branca quando buscavam melhorias de sua circunstância histórico-social eram proibidos e reprimidos de realizar as manifestações de autonomia social. A compreensão do mito favorecia aos interesses da “raça dominante” em detrimento da “raça submetida”, (FERNANDES, 1978).

o mito em apreço aparece como um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática. Em vez de ser um elemento de

dinamização modernizadora das relações raciais, era uma fonte de estancamento e de estagnação, solapando ou destruindo tendências de caráter inovador e democratizador nessa esfera da convivência social humana. (FERNANDES, 1978, p.263).

No que tange à divisão racial do trabalho, Moura (1988) alega que no período escravista composto pela estratificação social, já ocorria o processo discriminatório do trabalho escravo em relação ao trabalho livre. Cunha (1985) aponta-nos que neste período as ocupações eram exercidas igualmente pelas duas ramificações de trabalho. No entanto, conforme acirramento e disputas pelo espaço de trabalho, os negros escravizados começaram a ser cerceados de exercer determinadas atividades. Por exemplo, em 1813 ocorre a união entre os sapateiros do Rio para se manifestar contra o uso de trabalho escravo na manufatura e venda de sapatos. Outro exemplo desta exclusão é o decreto de 1931, em que os trabalhadores escravizados não poderiam mais ser contratados para os trabalhos de artesãos nas estações públicas do território da Bahia.

Conforme a sociedade escrava se diferenciava e urbanizava diante as relações de dependência com economias estrangeiras, a divisão do trabalho também se reestruturava com a abolição da escravatura e a preferência pela inserção da mão de obra não-negra nos meios de produção que se desenvolviam. Os negros libertos que não queriam retornar ao trabalho nas lavouras de agricultura se organizavam com novas formas de resistência, uma delas era o “canto”. Em consonância com Querino (1955) os “cantos” eram pontos onde os escravos livres de ganho, organizados por um capitão para mediar a contratação do serviço, vendiam sua força de trabalho para atividades que requeriam resistência para a sua execução.

A herança da cultura escravocrata – o racismo aqui concebido como um sistema de sobreposição de uma raça sobre a outra é estrutural e estruturante na sociedade capitalista. Segundo Almeida (2018), o racismo se apresenta em suas três concepções: a individualista, institucional e estrutural³ - mostra-nos que tamanha estratificação social que fundamenta a divisão social do trabalho no Brasil ainda não foi superada no modo de produção capitalista em seu estágio mais atual de capitalismo contemporâneo. O emprego da força de trabalho negra em atividades intelectuais e mais valorizadas pelo mercado ainda é muito baixo, se comparado ao dos não negros e mais ainda dos brancos. O negro continua submetido a uma percepção de mão de obra braçal, bruta, sem muita especialização. Clóvis Moura (1988), define isto como Imobilismo Social.

³a) relação estabelecida entre racismo e subjetividade; b) a relação estabelecida entre racismo e Estado; c) a relação estabelecida entre racismo e economia.” (ALMEIDA, 2018, p. 27).

2.1 O fenômeno população em situação de rua e suas características no Brasil

Para o desenvolvimento de um estudo de melhor qualidade a presente pesquisa se restringirá a analisar as expressões contemporâneas acerca da população em situação de rua, de modo a compreendê-la como expressão radical da questão social.

A partir da trajetória histórica construída neste trabalho é possível concluir que a herança escravocrata deixou marcas profundas e uma delas é a situação dos negros neste país que até hoje compõem grande parte da população desprovida de condições econômicas e sociais para acesso a situações de vida mais satisfatórias. Assim, os negros representam um percentual significativo da população em situação de rua, como demonstram diferentes estudos⁴ sobre este tema.

O processo de concretização do neoliberalismo no Brasil marca uma inflexão importante na reconfiguração da população em situação de rua. O Estado se reorienta neste período principalmente a serviço dos interesses da minoria que detêm os meios de produção, cada vez voltados para a redução de mão de obra, a concentração de terras incrementada pela indústria agroexportadora e do capital financeiro. A população apartada do processo produtivo tende a crescer aumentando o contingente da superpopulação relativa, e junto com ela, a população em situação de rua.

Segundo Silva (2009), é necessário elencar alguns aspectos para entender o fenômeno população em situação de rua e sua composição: o primeiro deles são as múltiplas determinações que se dão a partir das modificações na esfera do trabalho e por resultante, das relações sociais vivenciadas pelas particularidades de vivência de cada indivíduo. É importante conceber tal dinâmica como uma expressão radical da questão social na sociedade contemporânea, agudizada pelas mudanças no mundo do trabalho que aprofundam o desemprego e o trabalho precarizado, ampliando assim o exército industrial de reserva.

Outro aspecto, diz respeito, entre outros fatores, a desastres naturais, violência social/familiar, uso de substâncias psicoativas/álcool, que desenraiza pessoas e grupos sociais de seus espaços naturais e muitos ficam à mercê da própria sorte, encontrando nas ruas o espaço possível de sobrevivência e convívio social.

O terceiro aborda a densa localização desta população nos centros urbanos, por estes espaços apresentarem maiores possibilidades de satisfação das necessidades

⁴ Outros estudos que confirmam este perfil significativo de negros em situação de rua estão disponíveis em: A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua <https://www.pnp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP_-PORT.pdf>; Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003 <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2003.pdf>

básicas como moradia, higiene, alimentação, etc. O quarto correlaciona-se com o preconceito e estigmatização a qual a população em situação de rua é alvo, não só da sociedade. O poder público manifesta tal repúdio por meio de práticas higienistas de retirada forçada dessa população dos espaços públicos. Já o quinto aspecto corresponde às particularidades vinculadas ao território em que o fenômeno se manifesta. Mesmo que a situação de rua seja um fenômeno mundial ele se difere nos hábitos, características socioeconômicas, geográficas, dentre outras.

O último aspecto remete à naturalização do fenômeno por parte da sociedade e também de determinados setores do poder público, do que resulta a culpabilização do indivíduo pela sua condição. Assim, tal expressão radical da questão social é deslocada para a ordem do sujeito e deixa de ser vista e tratada como uma configuração inerente à forma de organização da sociedade capitalista. Tal naturalização é seguida pela isenção de plena responsabilidade do Estado em promover a ampliação aos direitos de cidadania e a redução da pobreza e da desigualdade social, por meio de políticas sociais universalizantes.

A autora em apreço ressalta ainda que há diferenças entre as características do fenômeno como expressão radical da questão social na sociedade contemporânea e as características gerais da população em situação de rua, mas ambas estão intimamente correlacionadas. Entendem-se aqui alguns aspectos comuns que perpassam as pessoas que utilizam do espaço da rua como forma de moradia e sustento, mas é importante salientar que existem muitas diferenciações na composição dessa população.

Assim, a característica de maior evidência é a heterogeneidade desse universo de pessoas. Uma das possibilidades de identificação é a partir da diferenciação do tempo de permanência na rua, que pode ser subdividida em “ficar na rua” como uma ação circunstancial, por exemplo, trabalhar distante da localidade de moradia regular e não ter dinheiro para deslocamento semanal; “estar na rua” como uma condição de desabrigo recente; e “ser da rua”, quando o indivíduo já está utilizando a rua a um longo período como forma de moradia e sustento e cria laços nessa vivência.

A primeira condição para identificação da realidade dessa população é a extrema pobreza como uma categoria central, na qual este fenômeno está associado intrinsecamente à estruturação da sociedade capitalista. Para Silva (2009), a pobreza extrema significa para além da não propriedade dos meios de produção - a carência ou mesmo ausência de acesso às riquezas socialmente produzidas, seja pela via da renda fixa e do trabalho - o não ingresso às políticas públicas de forma a atender as suas necessidades.

A segunda condição está atrelada a interrupção ou fragilização dos vínculos familiares dessa população, composta na maior parte por homens que têm a família como

um recurso básico de apoio, muito mais no nível da idealização do que real. A terceira condição para identificação das características gerais da população em situação de rua é a inexistência de moradia regular, por conseguinte, utilizam dos territórios públicos.

Após a caracterização mais geral do fenômeno na sociedade contemporânea e a especificação das características comuns a essa população, não se pode deixar de mencionar que existem particularidades.

2.2 Assistentes Sociais e a reprodução do racismo institucional

O racismo institucional fundamenta a situação do negro na atualidade, de modo que continua a integrar a base da pirâmide social, despossuído de condições socioeconômicas para sanar suas necessidades básicas. Para Almeida (2018),

a principal tese de quem afirma a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (...) Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são próprios –, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: *as instituições são racistas porque a sociedade é racista.* (Ibid., 2018, p. 30 e 36).

Frente a análise já construída no decorrer do presente trabalho, busca-se pensar se as políticas públicas ao serem elaboradas e suas proposições colocadas em prática nos serviços de atendimento direto ao público apresentam um olhar para a questão racial. Diante disso, tenciona-se reflexão a respeito dos desafios colocados à ação profissional do assistente social inserido no Serviço Especializado em Abordagem Social⁵ do município de Maricá, entendendo que:

⁵ Equipamento onde cumpri no período de um ano e meio o estágio curricular obrigatório. O Serviço Especializado em Abordagem Social - SEAS/Maricá, em consonância com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais de 2009, é ofertado de forma continuada e programada e tem por finalidade identificar trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de álcool e outras drogas, dentre outras situações de risco pessoal e social. Seu objetivo é inserir essa população na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, com vistas a defender e buscar viabilizar direitos civis, políticos e sociais. No que diz respeito à população em situação de rua, conforme inscrito no artigo 6º da Política Nacional para População em Situação de Rua inciso I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

o racismo institucional refere-se às operações anônimas de discriminação racial em instituições, profissões ou mesmo em sociedades inteiras (Cashmore e Banton, 2000). O anonimato existe à medida que o racismo é institucionalizado, perpassa as diversas relações sociais, mas não pode ser atribuído ao indivíduo isoladamente. Ele se expressa no acesso à escola, ao mercado de trabalho, na criação e implantação de políticas públicas que desconsideram as especificidades raciais e na reprodução de práticas discriminatórias arraigadas nas instituições. (...) o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: a político programática, e a das relações interpessoais. Quanto à dimensão político programática podemos dizer que ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. A dimensão das relações interpessoais abrange as relações estabelecidas entre gestores e trabalhadores, entre trabalhadores e trabalhadores, entre trabalhador e usuário, e entre usuário e trabalhador, sempre pautadas em atitudes discriminatórias (Amma Psique e Negritude Quilombohoje, 2008). (EURICO, 2011, p. 59, 60).

Neste estudo utilizo o Levantamento do Perfil dos Usuários do Serviço Especializado em Abordagem Social no ano de 2016 - que apresentou os dados auto declaratórios retirados da Ficha de Aproximação Social dos 96 usuários abrangidos – para sistematizar a atuação do assistente social. Foi possível constatar o quanto tais práticas discriminatórias atravessam o fazer profissional desta categoria.

No que tange ao recorte Raça/Etnia⁶ compõem-se por: 20,83% Brancos; 18,75% Pardos; 14,59 Pretos e um número signficante de 45,83% não declarados. Somado a não alimentação de dados⁷, aqui começo a refletir sobre a baixa importância que é acrescida a esta informação para pensar a formulação e execução das políticas de proteção social, em específico a de Assistência Social, que ganha centralidade no enfrentamento das expressões da pobreza no capitalismo contemporâneo. Para, além disso, a negação que o profissional da ponta e as áreas de gestão da política fazem para o dado de ser uma população majoritariamente negra ocupando as ruas.

Acresce a dificuldade que os sujeitos têm em se auto classificar negro(a), mesmo portando características fenotípicas específicas da etnia. A reflexão sobre este ponto iniciou quando em observação participante aos acolhimentos no campo de estágio os novos usuários do serviço ao serem perguntados sobre como se identificavam quanto a cor/raça/etnia estes por vezes respondiam ser preto clarinho, moreno, branco amarelado, era branco antes da extrema exposição na rua, dentre outras definições dadas por eles que

⁶ A definição de Cor ou Raça aqui utilizada está em acordo à publicação do IBGE em 2008, cujas Características Étnico-raciais da População constam em cinco categorias: branca, preta, parda, amarela e indígena. As categorias amarela e indígena não estão presentes, pois não houve nenhuma identificação. A pesquisa está disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49891.pdf>>

⁷ Que diz respeito à dificuldade de alimentação de informações necessárias no decorrer do acompanhamento, por estarem dispersas no prontuário e não serem atualizadas na Ficha de Aproximação. Essa dificuldade esbarra no acúmulo de funções direcionadas aos profissionais que integram a equipe técnica, ocasionadas pela redução do quadro operacional, aumento de demandas da População em Situação de Rua que se eleva no município e ausência de outros serviços de atenção direcionados a este público alvo.

não estavam em acordo ao fenótipo a qual era observado. Muitos diziam não saber responder.

A constatação deste fato demonstra a necessidade de articulação da sociedade civil com vistas à promoção de debates e diálogos sobre identidade racial, para que os indivíduos possam se reconectar aos seus antepassados e ancestralidade objetivando romper com os estigmas que o ser-negro carrega nos ombros ao longo da nossa formação sócio-histórica. Assim, lutar por políticas que os representem e abranjam as suas particularidades desde a formulação até a implementação.

Para Eurico (2011), a criação de estratégias para o enfrentamento do racismo se dará a partir do reconhecimento da reprodução deste no interior das instituições.

Obviamente este processo exige uma mudança de postura daqueles que representam e trabalham nas instituições, concomitantemente a um posicionamento político da população que acessa os serviços, desmistificando o discurso presente nos serviços: da universalidade e da igualdade de tratamento, aliada à democracia racial. (Ibid. 2011, p. 60).

Cabe aos assistentes sociais que integram a equipe técnica do Serviço de Abordagem o desafio de promover um debate coletivo, pois “é no campo das lutas sociais que a transformação das relações étnico-raciais pode ocorrer” (EURICO, 2011, p.96). Com ações de caráter crítico que estejam em consonância com as disposições do Código de Ética profissional de 1993, que entre outros aspectos, versa sobre:

A autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero. (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL.CFESS, 1993, p.3).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido a brevidade do trabalho não foi possível aprofundar o debate. Mas a reflexão em aberto possibilita um gancho para as futuras discussões nas próximas produções que abordem a temática em questão.

Ao observar a realidade na qual a população negra está inserida na contemporaneidade fui direcionada a entender o processo histórico da formação social brasileira. Logo, fui remetida ao período de vigência do regime escravista no Brasil para

compreender a estratificação social e, mais ainda, como o sistema capitalista se desenvolvia concomitante ao colapso da escravidão e se apropriava do sistema de raças para estruturar as relações sociais produtivas capitalistas. Dessa forma, os(as) negros(as) estão localizados(as) na pirâmide social, expressivamente nas categorias de pobreza e abaixo da linha de pobreza.

Foi possível refletir o quanto o racismo institucional perpassa as políticas públicas e ações que deveriam contemplar as necessidades relativas à inserção histórica do negro na sociedade brasileira, desprovidos de condições socioeconômicas para gozo de melhores oportunidades de vida.

O dado apresentado pelo levantamento do perfil da população em situação de rua com um alto percentual de não declarados no aspecto Raça/Etnia demonstra que os profissionais de atendimento na ponta - dentre eles assistentes sociais - e os órgãos gestores da política, ao se depararem com esta questão por meio das estatísticas ou pelo olhar no território da rua, não dão a devida importância a essa manifestação da realidade de modo a reproduzir o racismo institucional.

Assim, estimular o debate sobre a Questão Racial brasileira é o ponto de partida para reflexão conjunta da inserção subalterna do negro nas relações sociais de produção capitalista. Este enfrentamento passa também pela valorização da cultura e beleza afro, das religiões de matrizes africanas, a reconexão aos nossos ancestrais, dentre outras ações articuladas aos movimentos negros e demais organizações de luta e resistência que visem romper com a estigmatização, o racismo institucional, as relações segregadoras e estereotipadas que colocam o negro em desvantagem ao acesso das políticas públicas e projetam sobre ele uma incapacidade de exercer trabalho qualificado e altamente intelectual.

Em resumo, é necessário estar comprometido com a construção de uma nova ordem societária que transponha as relações de exploração e dominação dos indivíduos e lutarmos para romper com o preconceito oriundo da diferenciação de raças (racismo), em busca da justiça social, equidade e igualdade de oportunidades, sem fazer uso de discursos de meritocracia e culpabilização do indivíduo para justificar a condição precária deste na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. MDS. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 31 de out. de 2018.

_____. MDS. Resolução CNAS nº 109. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. D.O.U. Brasília, 25 de nov. de 2009. Reimpressão 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> Acesso em: 28 de nov. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto nº 7.053 de dezembro de 2009. Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em: 14 de nov. de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf> Acesso em: 10 de dez. 2018.

CUNHA, M.C. da. negros e estrangeiros. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 90-91.

EURICO, M. C. Questão Racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. Dissertação de mestrado. Programa de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

FERNANDES, F. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Características Étnico-raciais da População: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea. O SISTEMA CLASSIFICATÓRIO DE “COR OU RAÇA” DO IBGE. Brasília, novembro de 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf> Acesso em: 10 de dez. de 2018.

MOURA, C. Cem anos da abolição do escravismo no Brasil. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, revista princípio nº 15, 1988, p. 5-10.

_____. Estratégia do imobilismo social contra o negro no mercado de trabalho. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, Vol.02/Nº2, NEGRO....Abr-Jun, 1988. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n02/v02n02_08.pdf> Acesso em: 02 de jul. de 2018.

_____. O Racismo como Arma Ideológica de Dominação. São Paulo: Portal Vermelho, EDIÇÃO 34, AGO/SET/OUT, 1994. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/233955-8>> Acesso em: 23 de out de 2018.

_____. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática S.A., 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2003.pdf> Acesso em: 10 de dez. de 2018.

QUERINO, M. A raça africana e seus costumes. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955, p. 87-89.

SILVA, Lidiane Bravo da. Levantamento do perfil dos usuários do Serviço Especializado em Abordagem Social no ano de 2016. Maricá (RJ), 2016.

SILVA, M. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

WORLD WITHOUT POVERTY (WWP). MUNDO SEM POBREZA INICIATIVA BRASILEIRA DE APRENDIZAGEM. A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Disponível em: <https://wwp.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Pesquisa-Nacional-sobre-a-Popula%C3%A7%C3%A3o-de-Rua-Relato-de-Uso-WWP-_-PORT.pdf> Acesso em: 10 de dez. de 2018.